**Nota Técnica para Elaboração do PCR**

**Brasil**

**Projeto de Apoio à Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado do Pará (BR-L1093)**

**Produto: Programa de Educação Fiscal implementado**

**Responsáveis:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Cargo** | **Unidade Organizacional (sigla e nome)** | **E-mail** |
| Gerente do Projeto:Zilda Benjamim | Coordenadora do Programa de Educação Fiscal- Gerente do Projeto | Escola Fazendária - EFAZ | zilda@sefa.pa.gov.br |
| Diretor da área: |  |  |  |
| Assinatura do Diretor |  | Assinatura do Gerente |  |

**Data versão: (04/05/2015)**

* 1. **DESCRIÇÃO DO PRODUTO**

O Programa de Educação Fiscal foi instituído pela Lei nº 4014 de 24 de abril de 2000, com objetivo de conscientizar o cidadão quanto à função sócio- econômica dos tributos e do seu papel enquanto agente fiscalizador da arrecadação e do uso dos recursos públicos por parte do Estado. No mesmo ato foi criado o Grupo Estadual de Educação Fiscal, inicialmente composto por representantes da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFA e Secretaria de Estado de Educação SEDUC com objetivo de desenvolver as ações do Programa de Educação Fiscal-PEFI-PA.

**O Programa previa, desde seu início, abranger as escolas de ensino fundamental e médio, instituições públicas, universidades e sociedade em geral, tendo como gestores do PEFI-PA a SEFA (coordenação ), SEDUC, Receita Federal do Brasil - RFB e Centro de Treinamento da ESAF - Centresaf-Pa**.

O Programa foi financiado, inicialmente pelo PNAFE, Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros, com aporte de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que até 2006 possibilitou a realização de ações de divulgação e disseminação do PEFI-PA, por meio de seminários, elaboração e impressão de materiais de divulgação e pedagógicos, e a contratação de consultores.. O lançamento do Programa foi realizado ainda em 2000 com um grande Seminário no auditório Maria Sylvia Nunes, com a participação de mais de 400 pessoas, sendo a maioria professores da rede estadual de ensino. A partir daí passou-se a desenvolver formação de Disseminadores em Educação Fiscal com carga horária de 40h para professores e técnicos da SEDUC (rede estadual).

Em 2003 foi iniciada a interiorização, através de capacitações nos municípios de Marabá e São João de Pirabas, e realizado o primeiro Curso de Disseminadores em Educação Fiscal-online e feita elaboração de materiais pedagógicos.

A partir de 2004/2005 a SEDUC apresentou dificuldades em participar das ações com educadores, principalmente no interior do Estado. Como alternativa, foi realizada a parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional, que na época desenvolvia o PARAURB, projeto também financiado pelo BID, com grande capilaridade nos municípios facilitando a interiorização do Programa.

Como resultado desta parceria, foi intensificado a interiorização, e implantado o primeiro Programa Municipal de Educação Fiscal no município de Santarém, em 2006.

Como alternativa para fortalecer não só o Programa do Pará, mas os demais da região Norte, sugeriu-se à Receita Federal, que fossem realizados Seminários de Educação Fiscal na Região, o que se fez por 3 anos. A partir de então, a Receita Federal deparou-se com limitação de recursos, situação que perdura até os dias de hoje, havendo a necessidade da Secretaria da Fazenda desenvolver varias ações sozinha.

Com a mudança de governo estadual em 2007, houve a intenção da nova gestão em alterar o nome do Programa para “Programa Popular de Educação Fiscal”. Diante da situação, o GEFI-PA propôs a elaboração de um “Projeto Popular de Educação Fiscal”, resultando num trabalho que proporcionava bastante visibilidade nas escolas e bairros, sem no entanto, dar maiores subsídios aos professores para que pudessem desenvolver as temáticas da educação fiscal em sala de aula. Nesse período o ritmo de trabalho diminuiu bastante, ficando basicamente com os Cursos de Disseminadores em Educação Fiscal a distância.

Buscando mais uma vez alternativas para a sustentabilidade do PEFI-PA, em 2009 foi realizada a primeira turma de Formação de Disseminadores em Educação Fiscal para Conselheiros Escolares Municipais de Belém. Houve continuidade na formação, atingindo todas as escolas do municípios de Belém, influenciando na publicação, em 2014, da Lei que instituiu o Programa Municipal de Educação Fiscal de Belém e a elaboração do material didático para esse público (conselheiros) e impressão do mesmo com recursos do Profisco I.

A partir de 2009, foi retomado o Planejamento Estratégico com objetivo de fortalecer o Programa e o Grupo de Educação Fiscal, o que até hoje é feito anualmente, com reuniões semestrais de avaliação (RAE) e de forma integrada, com todos os membros das instituições gestoras e alguns parceiros como Observatório Social de Belém e Secretaria Municipal de Belém.

Em 2010, foi criado o Observatório Social de Belém, com apoio total do Grupo de Educação Fiscal, que se disponibilizou a realizar turmas de cursos presenciais e a distância de Formação de Disseminadores em Educação Fiscal para os seus integrantes.

Por dois momentos em governos diferentes, o GEFI se deparou com a pressão para imprimir os materiais com a logomarca do governo. A saída encontrada, para não haver conflito, foi se programar para imprimir o material na época de eleição, pois com isso se tinha certeza, por força de lei eleitoral, que o material sairia com o brasão do Estado, sem logomarca de governo, como deve ser , principalmente para materiais pedagógicos.

**Também com o objetivo de institucionalizar o Programa, foi articulada a criação do Dia Estadual de Educação Fiscal, em 21 de setembro, através de lei nº 7.559 sancionada em 21 de setembro de 2011.**

Visando ampliação das ações de forma contínua, fez-se parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e com o Corpo Militar dos Bombeiros, onde foram capacitadas 05, do total de 08 escolas do SESI , assim como nos Bombeiros, foram capacitados instrutores do “Projeto Escola da Vida”, que desenvolve trabalho sócio-educativo, cultural e desportivo dentro do espaço físico do quartel do 4º GBM, com vistas a retirar crianças e pré-adolescentes do trabalho precoce e/ou situações de risco pessoal e social.****

**Dos 144 municípios, o GEFI atua em 108, de formas diferentes, quer apenas com sensibilização, ou seja, apresentação do Programa, quer com realização de alguma formação, ou ainda implantando de forma institucional o Programa, com formalização do Programa Municipal, e lei publicada**.

* 1. **ALCANCE DA META ACORDADA NA MATRIZ DE RESULTADOS**

**A linha base era de seis municípios em 2009 e a meta era elevar para 90 o número de municípios atingidos pelo Programa de Educação Fiscal**.

Algumas parcerias possibilitaram a superação da meta, como a continuidade da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional, e a parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), onde o Grupo participou de Encontros Regionais de Capacitação em 2013, nas diversas regiões do Estado.

* 1. **SUSTENTABILIDADE DA SOLUÇÃO**
* A maior dificuldade enfrentada é quando há mudança de governo, pois o Grupo tem que tentar fazer um acompanhamento no sentindo de manter todos os esforços despendidos para implantar o Programa no Município/Estado.
* A falta de monitoramento nacional também coloca em risco a sustentabilidade do Programa.
* O grupo trabalha na sustentabilidade do Programa de várias maneiras, tanto na **ampliação da interiorização, realizando diversos Seminários** (Nacionais, Regionais, Municipais e outros de celebração do Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte e Dia Estadual de Educação Fiscal); **disponibilizando as capacitações constantes da trilha de Educação Fiscal aos municípios** (Curso de Formação de Disseminadores em Educação Fiscal a distância-120h, Curso de Formação de Disseminadores em Educação Fiscal presencial – 20h, Curso de Formação de Tutor online – 30h e Curso de Formação de Facilitadores – 40h) e intensificando a implantação do Programa de Educação Fiscal nos municípios, através de sensibilização de gestores municipais/capacitação/formalização.
* A escassez de recursos humanos envolvidos no Programa torna vulnerável a sustentabilidade, pois dos quatro servidores da SEFA que atuam diretamente no trabalho, apenas um é efetivo e está em vias de aposentadoria.
* Visando mitigar os riscos mencionados nossa proposta é de:
* Sempre que houver mudança de alta gestão (Secretrios de Estado) o GEFI realiza uma visita de sensibilização para apresentar a importância do PEFI-PA e entrega todo o material do Programa;
* Elaborar um projeto para desenvolver um Sistema de Monitoramento Estadual;
* Sensibilizar e mobilizar servidores para atuarem no Programa de Educação Fiscal.

**4. BENEFÍCIOS E RESULTADOS PARA ALÉM DA MATRIZ DE RESULTADOS**

**4.1 Benefícios qualitativos**

* Aumento natural das demandas das ações (seminários, oficinas, cursos e palestras);
* Aumento de arrecadação natural, após a implantação do Programa Municipal, mencionado por alguns municípios como Santarém e Bragança em suas apresentações;
* Relato de conselheiros escolares municipais sobre a importância do Curso de Disseminadores para o desenvolvimento de seus trabalhos nas escolas;
* Material dos quatro módulos do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal transformados em braille, após projeto desenvolvido pela Escola de Ensino Especial Alvares de Azevedo. Material encontra-se na ESAF.
* O Projeto Pescador Cidadão, desenvolvido no município de Bragança, por servidora da SEFA, com apoio do Grupo Estadual de Educação Fiscal, foi o único projeto no Brasil, selecionado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para divulgar ações desenvolvidas por aquela instituição financeira, com a elaboração de um vídeo que está disponível no site do Banco.
* Criação do Blog:www.educacaofiscalpa.blogspot.com.br

**4.2 Outros resultados quantificados**

Desde a primeira edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, promovido pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais -FEBRAFITE, o Pará esteve entre os dez primeiros selecionados: na primeira edição com o Projeto Sol Solidário da Escola Estadual São Francisco(Santarém), na segunda com o Projeto “Pescador Cidadão” da Associação de Pescadores Vila Castelo (Bragança) e na terceira foi contemplado com o primeiro lugar com o Projeto Sol Cidadão Legal, da Escola Estadual Frei Ambrósio(Santarém).

Das 16 unidades diretamente vinculadas ao gabinete do Secretário da Fazenda, 87% dos gestores são disseminadores do programa de Educação Fiscal.

Resultados quantitativos do Programa de Educação Fiscal:

* Escolas atendidas: 698
* Disseminadores capacitados presencialmente: 2.986
* Disseminadores capacitados a distância: 3.194
* Tutores: 63
* Universitários: 119
* Municípios formados: 08